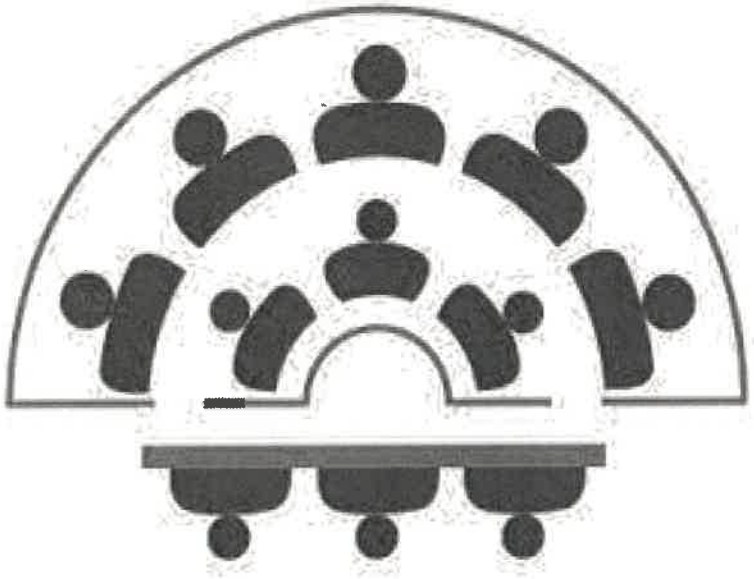

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

---------- * ----------

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE 2022

Aprovada por unanimidade na sessão ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três.

QUADRIÉNIO 2021 – 2025

DATA E LOCAL DA REUNIÃO: ----------

Aos vinte e sete dias de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu ordinariamente, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do mesmo Concelho, com a seguinte **ordem de trabalhos**: ----------

Ponto 1 – *Período de Antes da Ordem do Dia.* ----------

Ponto 2 – *Período Aberto ao Público – Período de Intervenção.* ----------

Ponto 3 – *Período da Ordem do Dia:* ----------

Ponto 3.1 – *Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Atividade Municipal.* ----------

Ponto 3.2 – *Constituição e aprovação da Comissão Permanente da Assembleia Municipal.* ----------

Ponto 3.3 – *Designação de um cidadão eleitor com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área de crianças ou jovens em perigo, para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no Município de Vila Nova de Foz Côa, em substituição do elemento Alexandra Sofia Caetano Mós.* ----------

Ponto 3.4 – *Apreciação e votação da extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa (AMVC) – Ata da Assembleia Intermunicipal nº 1/2022.* ----------

Ponto 3.5 – *Apreciação e votação da proposta do Presidente da Câmara Municipal sobre o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, participação variável até 5% do IRS.* ----------

Ponto 3.6 – *Apreciação e votação da proposta do Presidente da Câmara Municipal sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Redução de taxa prevista no nº 1 do artigo 112º-A do Código do IMI (aditado pela Lei nº 7-A/2016 de 30 de março.* ----------

Ponto 3.7 – *Conhecimento dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2023, da Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica, EM, Lda.* ----------

Ponto 3.8 – *Apreciação e votação da proposta do Sr. Presidente da Câmara sobre a Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município.* ----------

Ponto 3.9 – *Apreciação e votação da proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que inclui Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal, para o ano de 2023.* ----------

Ponto 3.10 – *Apreciação e votação da proposta do Sr. Presidente da Câmara sobre Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização prévia da Assembleia Municipal para o ano de 2023.* ----------

Ponto 3.11 – *Apreciação e votação da proposta do Plano Anual de Recrutamento para 2023.* ----------

Ponto 3.12 – *Apreciação e votação da informação nº 276/2022, sobre o fim do período de consulta pública do projeto de Regulamento Conselho Municipal de Juventude.* ----------

Ponto 3.13 – *Apreciação e votação do Protocolo para a constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, que tem como objeto o lançamento de um único procedimento por concurso público denominado Concurso Público para a Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão e Baixa Tensão Especial, para as instalações dos Municípios da CIMDouro e afins, para o ano de 2023.* ----------

Ponto 3.14 – *Apreciação e votação da Minuta do Protocolo entre o Município e a Freguesia de Custóias, para a Reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia, Sanitários Públicos e Muro do Largo das Festas.* ----------

Ponto 3.15 – *Apreciação e votação da prorrogação de prazo adicional de execução da empreitada, 5/19 – Requalificação do Mercado Municipal de Foz Côa, de 125 dias sem direito a qualquer tipo de revisão de preços e autorização para reprogramação financeira, para o ano de 2023.* ----------
Conforme a informação nº 06/2022/DOMI. ----------

Ponto 3.16 – *Apreciação e votação da proposta de Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior.* ----------

Ponto 3.17 – *Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Fundo de Emergência Social.* ----------

DEPUTADOS MUNICIPAIS PRESENTES: ----------

Estavam presentes os senhores: Presidente da Mesa, Filipe Manuel Farto Palavra e Secretários, Primeira Secretária, Ana Paula Ferreira Trigo e Segunda Secretária, Rita Sofia Regalo Abrunhosa, bem como os senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto Correia, Agostinho Jorge Assunção Marafão, Cristina Maria Paixão Moutinho, Nuno Alexandre Remísio Rodrigues Saldanha, José Nuno Tavares Vaz Barreto Carmo, Maria Judite Martins Ramos, Jorge Filipe Gamboa Faustino, Maria Isabel Martins Coelho, Cid Mickael Moutinho Martinho, José Adelino Filipe Alípio, Artur Firmino Filipe Ribeiro, Carlos Fernando Figueiredo da Silva, encontrando-se ainda presentes os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia a seguir indicados: Paulo Jorge Quintão Morgado em representação do Sr. Presidente da Junta (Almendra), Fátima Maria Patrício Azevedo (Castelo Melhor), Juliana Sofia Ribeiro Melo Pinto (Cedovim), Carlos José Martins Sobral (Chãs), Manuel Raúl Reis de Ansiães (Custóias), Paulo António Sadio Sobral (Freixo de Numão), Alexandra Cláudia Exposto Gonçalves Cadete (Horta), Alcino Matias Correia (Muxagata), Hélder Reis dos Santos (Numão), José Fausto Ramos em representação do Sr. Presidente da Junta (Santa Comba), Joaquim Maria Madeira Félix (Sebadelhe), César Norberto Filipe Ribeiro (Seixas), Vanda Maria Sousa Belo Gomes (Touça) e José Joaquim Soares Saraiva (Vila Nova de Foz Côa). ----------

Estiveram presentes vinte e nove dos Srs. Deputados Municipais e dos Srs. Presidentes de Junta. ----------

CÂMARA MUNICIPAL: ----------

A Câmara Municipal esteve representada pelo Sr. Presidente e estiveram presentes o Sr. Vereador Pedro Miguel Carvalho Duarte e as Sras. Vereadoras Ana Maria Proença Filipe e Cíntia Libânia Oliveira Manso. ----------

Havendo *quórum,* o ***Sr. Presidente da Mesa*** saudou os presentes e iniciou a reunião às nove horas e trinta minutos. ----------

A ***Primeira Secretária*** informou a Assembleia do pedido de substituição dos Srs. Deputados Municipais Paulo Jorge da Silva Pinto e Luís Carlos Fonseca Rebelo, substituídos pelos Srs. Artur Firmino Filipe Ribeiro e Carlos Fernando Figueiredo da Silva. ----------

Da representação do Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Almendra pelo Vogal, Sr. Paulo Jorge Quintão Morgado e da representação da Sra. Presidente de Junta da Freguesia de Santa Comba pelo Vogal, Sr. José Fausto Ramos. ----------

"Expediente Recebido e Expedido": ----------

A Mesa deu conhecimento à Assembleia que o expediente recebido e expedido, no período compreendido entre setembro e dezembro de dois mil e vinte e dois, não foi enviado para conhecimento dos Srs. Deputados Municipais. ----------

De seguida, o ***Sr. Presidente da Mesa*** passou para o Ponto Um da Ordem de Trabalhos. ----------

Ponto 1 – *Período "Antes da Ordem do Dia".* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** abriu as inscrições para o Ponto Um. ----------

Sobre outros assuntos de interesse do Município intervieram os Srs. Deputados Municipais: ----------

Agostinho Marafão ----------

Após saudar todos os presentes, reforçou a ideia da importância da gestão da água, assunto já abordado nas duas sessões anteriores da Assembleia Municipal, salientando a necessidade de uma planificação alargada e estruturação na gestão da mesma, bem como a importância na continuidade da revisão das infraestruturas de transporte e abastecimento, de modo a garantir, no futuro, o acesso a este bem precioso. Ainda sobre a mesma temática,

referiu que, mesmo com os aumentos na faturação, numa recente reportagem foi mencionado que o Município de Foz Côa é aquele onde a água se encontra mais barata. ----------

Salientou, ainda, alguns pontos da ordem de trabalhos, os quais considera que refletem a preocupação crescente do Executivo com as questões sociais, a destacar: o Regulamento para o Conselho Municipal da Juventude; a proposta de Regulamento para a Atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior do concelho; a proposta de redução da taxa de IMI para grupos específicos; a proposta de Regulamento de Fundo de Emergência Social; e a parceria entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e o Município, designadamente a Estratégia Local de Habitação – Programa 1º direito. ---------

Destacou, ainda, alguns dos eventos já programados, entre os quais: a Festa da Amendoeira em Flor, que irá decorrer entre 17 de fevereiro e 5 de março; e a comemoração dos 30 anos d'*Os Fiarresgas*, com um espetáculo no Centro Cultural no dia 30 de dezembro, convidando todos os presentes a assistir a esta celebração, salientando a importância do grupo para manter viva a tradição popular. ----------

Por último, desejou a todos os presentes a continuação de Boas Festas e um ano de 2023 repleto de sucesso. ----------

Nuno Barreto ----------

Começou por saudar todos os presentes, desejando que todos tenham passado umas Boas Festas, sobretudo com saúde e manifestando votos de um Bom Ano de 2023. ----------

Iniciou a sua intervenção debruçando-se num ponto que considerou não abordado, pelo menos até ao momento, pelo Grupo Municipal do PSD e, invocando a sua qualidade de independente, congratulou o PS de Vila Nova de Foz Côa pela eleição da sua Comissão Política, a qual considerou ser uma lista unida, forte, coesa e destinada a lutar pelos interesses do Concelho. ----------

No que diz respeito ao tarifário da água, proposto pelo Executivo da Câmara Municipal, que antes de ser aprovado teve que merecer o parecer da ERSAR, referiu que, tratando-se de uma entidade fiscalizadora independente, retratou,

segundo o sr. Deputado Municipal, de forma fiel e exaustiva, a forma como o Executivo tem procedido, assim como a ilegalidade com que atua. Tal não foi dito por si, mas pelo parecer da ERSAR, datado de quinze de Novembro de dois mil e vinte e dois e subscrito pelos Srs. Miguel Nunes e Joaquim Reis. ----- Considerou tratar-se de um assunto deveras importante para não ser trazido à Assembleia Municipal pois, de outra forma, passaria ao lado da população Fozcoense, dado que apenas foi aprovado em reunião de Câmara. ---------- Salientou que o parecer da ERSAR é um parecer obrigatório e que avalia as condições, a validade, a legalidade e a proporcionalidade do tarifário que qualquer entidade fornecedora de água propõe aplicar à população. Dessa forma, considerou importante os consumidores saberem o que a ERSAR achou da proposta de tarifário apresentada pela Câmara Municipal de Foz Côa, entretanto aprovado em reunião de Câmara, apesar deste parecer. Referiu que o referido parecer se encontra dividido em duas partes: avaliação e conclusões, considerando a última parte como sendo a mais importante. Não pretendeu ler nenhuma das partes, mas sim resumir a informação mais relevante. Começou pelo ponto dois da avaliação, citando: *"A avaliação a efetuar pela ERSAR se encontra limitada pelos poderes da entidade gestora, que é o Município de Vila Nova de Foz Côa, não apresentar a fundamentação para as projeções de 2023"*. Reforçou que a ERSAR não pôde apresentar um parecer completo para o tarifário de 2023, porque o Município não fundamentou as projeções que fez para esse ano. Sendo assim, e citando novamente o parecer, *"a ERSAR tem que analisar os indicadores relativos à cobertura de gastos, calculados para o abastecimento de água com prudência"*. Portanto, salientou que a referida entidade não pôde fazer uma análise objetiva do tarifário proposto, porque não tinha elementos suficientes que lhe permitisse a conclusão de tal tarefa, citando *"se essa análise está inquinada, porque não tem elementos suficientes para ser feita, as conclusões têm que ser, naturalmente, subjetivas e pouco apuradas*". - De seguida, e passando para as conclusões do parecer da ERSAR, citou a segunda conclusão do referido parecer, a qual referia que *"a Câmara, ao não aplicar tarifas que recuperem os gastos diretamente e indiretamente suportados*

com a prestação de serviços, violou o art.º 21º do Regime de Financiamento das Autarquias Locais, o art.º 28º da Lei da Água e o art.º 81º do Regulamento das Relações Comerciais". Reforçou a ideia de que o tarifário, já aprovado em sede de Câmara Municipal, é um tarifário que viola, fundamentalmente, o Regime de Financiamento das Autarquias Locais, o que é extremamente grave para quem gere um Município. Continuou a citar a terceira e quarta conclusões do parecer da ERSAR, as quais referem que *"os tarifários propostos conduzem a uma cobertura de gastos e qualidade dos serviços insatisfatória, de acordo com os critérios de avaliação da ERSAR"*, bem como, *"a Câmara não mostra qualquer justificação para a projeção apresentada para que os gastos com a aquisição da água em alta sejam de 13,1% superiores, face a 2021, sendo que não apresenta qualquer racional para o apuramento dos gastos diretos para o ano de 2023"*. Assinalou, ainda, que o Grupo Municipal do PS já havia defendido que *"sem dados apresentados que os suportem, os níveis de perdas podem justificar o aumento dos 13,1% nos gastos na aquisição de água em alta, face a 2021"*. Regista, também, *"a reduzida expressão dos gastos projetados para a conservação e reparação"*. Posto isto, e dirigindo-se ao Sr. Deputado Municipal Agostinho Marafão, afirmou que não haverá conservação e reparação, porque, de acordo com o parecer da ERSAR, o tarifário proposto não o permitirá. ----------

Retomou o parecer da ERSAR, citando a sexta conclusão: *"a entidade gestora deverá, prioritariamente, reduzir os níveis de ineficiência evidenciados nos custos unitários de exploração do abastecimento e no resultado da avaliação de qualidade de serviço. Em 2021, cerca de 50% da água entrada no sistema foi perdida no sistema nesse ano"*. Portanto, afirmou que o referido parecer reforça o que já havido sido defendido na anterior sessão da Assembleia Municipal, quanto à necessidade de reduzir as ineficiências do sistema de abastecimento, antes de aumentar o tarifário, visto que 50% da água ficou perdida no sistema e não foi consumida, apesar de ser paga pelos consumidores. ----------

Passou a citar a oitava conclusão do referido parecer, a qual referia que *"o*

plano de investimento proposto para 2023 é pouco detalhado, não indica como são feitas as intervenções, as infraestruturas e as respetivas quantidades". Posto isto, voltou a dirigir-se novamente ao Sr. Deputado Municipal Agostinho Marafão, afirmando que não será desta que o sr. Deputado iria ver aquilo que pediu resolvido. Mencionou ainda a nona conclusão do parecer, respeitante às tarifas propostas, a qual refere *que "as tarifas propostas não obedecem à série de recomendações do RTA (Recomendação de Tarifário de serviços da Água), nº.1/22 que é publicado pela própria ERSAR".* Assim sendo, e após citar algumas das conclusões tidas em conta no parecer da ERSAR, voltou a afirmar que o tarifário da água, já aprovado em reunião de Câmara, viola a lei, sobretudo a Lei do Financiamento das Autarquias Locais e as recomendações da própria ERSAR. Afirmou, ainda, que não foi tido em conta o que foi defendido na última sessão da Assembleia Municipal, relativamente à necessidade de melhorar, primeiramente, as infraestruturas de abastecimento, antes de aumentar o tarifário da água, de forma a garantir que o consumidor irá pagar apenas a água que chega às torneiras e não a água perdida no sistema. Reforçou a ideia que o novo tarifário da água foi aprovado na mesma reunião de Câmara onde foi analisado o parecer, como comprovado pela ata da reunião, sem ter em conta as conclusões do mesmo parecer, o que indica, no seu entender, que o Município é gerido por regras de autocracia, em vez de regras democráticas. ----------

Terminou a sua intervenção, relembrando que a principal função da Assembleia Municipal é fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e, assim sendo, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que dê a conhecer a aprovação do tarifário à ERSAR, o mais breve possível, ao abrigo da lei. Caso não o faça, garantiu que alguém irá comunicar a violação da lei por parte do Executivo e por parte do Presidente da Assembleia Municipal. ----------

Presidente da Junta de Freixo de Numão ----------

Após saudar todos os presentes, começou a sua intervenção por congratular o Município pela programação cultural para o período natalício, realçando que a atividade que mais o marcou, enquanto Presidente de Junta, foi a volta do Pai

Natal pelas aldeias do concelho. Sugeriu que, independentemente do montante investido nessa atividade, a mesma deverá continuar nos próximos anos, pois considerou que aquece o coração, não só das crianças, mas da população, em geral. Agradeceu esta iniciativa, enaltecendo-a, por considerar que fortaleceu o espírito natalício, inclusive nas pessoas mais idosas. ----------

De seguida, mostrou a sua preocupação com os estragos existentes nos caminhos vicinais, provocados pela elevada pluviosidade dos últimos meses, tornando-os intransitáveis. Assim sendo, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara o arranjo desses caminhos, não apenas no verão, mas assim que a chuva parar e os terrenos o permitirem. Reforçou a ideia de que estamos numa região agrícola, onde as pessoas precisam desses caminhos para chegar às suas terras e, na freguesia de Freixo de Numão e Murça do Douro, 90% desses caminhos estão francamente condicionados. ----------

Terminou a sua intervenção, desejando a todos os presentes a continuidade de Boas Festas e um Bom Ano. ----------

Nuno Saldanha ----------

Começou a sua intervenção por saudar todos os presentes e por desejar a continuidade de Boas Festas e um Próspero Ano Novo para todos. ----------

A sua intervenção prendeu-se com os dados da 14ª edição do Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas. Ao analisar os referidos dados, nos quais 95 autarquias foram galardoadas como *"Autarquia Familiarmente Responsável"*, devido ao forte investimento no âmbito da ação social, constatou que o Município de Vila Nova de Foz Côa não constava na referida lista. Lamentou, pois considerou que as políticas direcionadas para a ação social, nomeadamente o apoio à natalidade, o apoio à habitação, o apoio em equipamentos e bens, o apoio em creches e amas, os bancos de bebé, onde se garante apoio no que respeita ao leite, às fraldas e à higiene, entre outras são políticas que o PS sempre reportou como essenciais e basilares para aquilo que é o desenvolvimento do território, garantindo a fixação de pessoas. Considerou que, no orçamento que de seguida se votará, não se nota essa preocupação. ----------

Voltou a lamentar o facto de o Município não ter recebido o referido galardão, desejando, contudo, que, na próxima edição, Vila Nova de Foz Côa integre, também, o grupo de municípios agraciados com o prémio. ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a conhecer à Assembleia Municipal o requerimento entregue na Mesa, pelo Grupo Municipal do PS, relativo ao cumprimento do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. ----------

(O requerimento fica arquivado, em anexo, à presente ata) ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre as intervenções. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, expressando a sua satisfação em ver a quantidade de público presente na sessão, podendo exercer o seu direito de cidadania. Desejou que todos os presentes tivessem tido um Bom Natal, assim como expressou os votos de Bom Ano Novo. Optou por deixar o assunto da água para responder de uma só vez, pois considerou que todos os intervenientes a colocaram, de forma transversal, no centro das suas intervenções. ----------

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Municipal Agostinho Marafão, começou por congratular *Os Fiarresgas*, afirmando que se trata de um conjunto de pessoas, muitas delas a trabalhar fora do concelho, sempre com tempo para representar a epifania dos usos, costumes e tradições da sua terra, através da música, o que considera deveras importante. Voltou a felicitar o grupo pela iniciativa de promover um espetáculo comemorativo do aniversário, a 30 de dezembro. ----------

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Municipal Paulo Sobral, sobre as festividades natalícias, destacou que o paradigma mudou, pois considerou que fazer mais do mesmo não fazia muito sentido e o presente Executivo está deveras a introduzir um cunho pessoal, desde que tomou posse, não só na área da cultura, mas também noutras áreas. Afirmou que tal certamente irá

surpreender pela positiva a população do Concelho, os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Junta. ----------

Relativamente à questão das intempéries, reforçou que a transferência de quinze mil euros, protocolada com as Juntas de Freguesia, foi reforçada, ocorrendo situações anormais, dando como exemplo a queda de um muro que, não estando previsto no protocolo, condicionou uma apreciação diferente e individualizada do problema, para que se pudesse resolver. Enalteceu o papel dos Presidentes de Junta, os quais sinalizam, constantemente, todas as ocorrências, independentemente do dia, dando como exemplo o caso da Horta, em que a Presidente de Junta sinalizou uma derrocada, no dia de Natal. ---------

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha, referiu que, relativamente ao Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis e ao galardão atribuído por essa entidade, o Município de Foz Côa, desde 2012, tem-no recebido e a exceção foi mesmo este ano. Afirmou que o Município não ganhou o galardão, este ano, simplesmente porque não se candidatou. O foco foi a candidatura para o Observatório do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Acrescentou ainda que o Município já recebeu a palma, um troféu que é atribuído aos Municípios que foram agraciados com cinco galardões consecutivos. Por último, afirmou que o Município não se candidatou, porque constatou que bastava mandar os mesmos projetos, sendo automaticamente galardoados. Quanto à candidatura ao ODS, referiu que o Município já submeteu, na proposta, 149 indicadores e, para além desses, faltaria ainda inserir: o Programa da Côa Artes, o Mexa-se+ 55, o Mexa-se+ nas IPSS, a Escolinhas de Artes, o Município Amigo do Desporto, a Autarquia Familiarmente Responsável, o CLDS 4G, a Compostagem e o Côa Culto, ultrapassando, assim, os 150 indicadores. Acrescentou que, no ano passado, o Município já tinha recebido um prémio do ODS e outro do Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis e que, apesar disso, não tinha sido congratulado por isso. Finalizou dizendo que, mais importante que os prémios, será, sem dúvida, o trabalho que o Executivo tem estado a desenvolver junto das populações, sendo esse o seu foco. ----------

Quanto à questão da água, ***questão colocada por todos os intervenientes,*** começou por dizer que, nos últimos tempos, o Concelho passou por um problema grave de abastecimento água, sendo que o Executivo foi alertado, em fevereiro do ano passado, para o facto de poder ficar sem água no final do verão, segundo dados fornecidos pela Águas do Norte. Após a sinalização dessa situação, o Executivo solicitou várias reuniões, sabendo que havia várias frentes de batalha para a resolução do problema. A primeira foi perceber qual o ponto da situação concreta do Município, tendo sido comunicado pela Águas do Norte que o Concelho tinha cinquenta e sete por cento de água não faturada. Como existe noção de que as canalizações têm imensos anos, foi necessário arranjar equipas dentro do Município para trabalhar por escalas, diurnas e noturnas, com o objetivo de detetar e corrigir a existência de fugas, que pudessem ser imediatamente reparadas. A segunda, que, aliás, já tinha sido mencionada na última sessão da Assembleia, foi tentar perceber se essa perda era, efetivamente, de cinquenta e sete por cento, como referido. Após a mudança dos contadores, verificou-se que o valor das perdas se reduziu drasticamente para vinte e pouco por cento, ou seja, identificou-se uma diferença substancial em relação ao valor previamente comunicado pela Águas do Norte. Afirmou, ainda, que, no final do ano anterior, o Município registou, de faturação, um milhão de euros e, neste momento, apesar de ainda não estar contabilizado o mês de dezembro, os gastos com a água rondariam os quatrocentos e sessenta e sete mil euros, o que mostra que está a ser recuperado dinheiro, combatendo-se as fugas e o desperdício de água. ----------
Paralelamente a isso, numa reunião com a Sra. Presidente da ERSAR, em agosto, na qual a Sra. Presidente alertou para a necessidade de aumentar o preço da água, o Executivo procedeu ao aumento do tarifário de duas formas: em setembro, subiram as tarifas da água naquilo que efetivamente poderiam ter subido; e, em paralelo, foi solicitado aos serviços para, rapidamente, elaborarem um regulamento, a ser aprovado em Assembleia Municipal e que passaria por um período de consulta pública, para que se pudesse aplicar uma taxa de saneamento (dado que, neste momento, não se aplica) e uma taxa de

resíduos, o que significaria que o preço da água poderia incrementar-se um pouco mais. Referiu que o aumento da tarifa da água, desta forma, foi obtido com a concordância da Sra. Presidente da ERSAR, citando o que está descrito no relatório da mesma instituição: *"salienta-se o esforço da entidade gestora e o alinhamento com as orientações da ERSAR"*. Referiu que a sua preocupação foi colocar todos os indicadores propostos pela ERSAR a verde, referindo alguns: "estamos com uma taxa de 29.1, deveria ser entre 25 e 45; quanto à percentagem de receitas das tarifas de disponibilidade a obter dos utilizadores domésticos, estamos com 89%, deveria ser entre 75 e 90; relativamente à percentagem das receitas tarifárias das tarifas variáveis a obter junto dos utilizadores domésticos, estamos com 73.1%, devendo estar entre 50 e 80; no tocante à percentagem das tarifas variáveis do segundo escalão, aplicáveis para determinação da tarifa variável do primeiro escalão, estamos com 75%, devendo este indicador estar entre 45 e 75, pelo que estamos no limite". Afirmou que estes valores mostram o esforço que está a ser feito para ir ao encontro daquilo que foram as recomendações da ERSAR. ----------

Referiu ainda que, no dia vinte e quatro de dezembro, veio à Câmara enviar um protocolo para a Agência Portuguesa do Ambiente, após reunião com o vice-presidente da mesma instituição e, ao assinar esse protocolo, o Município irá conseguir alcançar o teto máximo de investimento possível, rondando os cento e oitenta mil euros, para aquisição de equipamentos necessários à gestão da água, nomeadamente contadores, uma máquina, uma retroescavadora, entre outros. Afirmou ainda que a sua intenção será trazer ao Concelho o Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, para lhe mostrar algumas situações ainda por resolver, quer na questão do ambiente, quer na questão do investimento, em particular a situação das Frieiras, a relação com a Soduol e o investimento necessário a montante da barragem de Ranhados, para que não haja constrangimentos crescentes, investimento este que terá que ser suportado por outra entidade que não os municípios de Vila Nova de Foz Côa, Mêda, São João da Pesqueira e Tabuaço. Mencionou, ainda, que já está a ser feito algum investimento na substituição de contadores, para que se possa

aceder a leituras mais pormenorizadas, situação que se irá prolongar no tempo. Relembrou, ainda, o investimento que foi feito para aprofundar a cota da barragem em mais um metro e meio, embora tenha reforçado que é necessário implementar mais medidas, no terreno, para evitar constrangimentos futuros. Mas reforçou a ideia de que o Município tem conseguido captar fontes de financiamento, para investir. ----------

Para terminar o assunto da água, referiu que se ponderou levar a água de Foz Côa para o Pocinho. Todavia, neste momento, o que se equaciona é a situação oposta, frisando que a mudança de opinião não resulta do erro, mas sim de um claro sinal de inteligência. Ainda assim, qualquer intervenção estruturante teria de ser avaliada em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente. ----------

Finalizou, dizendo que não fica satisfeito por dizer que já colocou em orçamento mais trezentos ou quatrocentos mil euros, resultantes de receita da água. Todavia, haverá que considerar que o preço da água já não era alterado desde 2006, como forma de discriminação positiva, para quem vive no interior. Assim como outros Municípios oferecem quantias em dinheiro pelo nascimento de uma criança, o Município de Foz Côa sempre tentou ajudar as famílias no tocante ao preço da água, sendo esta uma clara opção política. ----------

Na sua intervenção, abordou também a questão do Conselho Municipal de Segurança. Referiu que o processo começou no ano de dois mil e nove e, passados dois ou três anos, seguiu para a Comissão Permanente, a qual não avançou. Disse que se encontrava à espera que o processo baixasse à Comissão Permanente, conforme escrito nas atas que tinha consigo, para se continuar a desenvolver o procedimento relacionado com este assunto. ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Deputado Municipal Nuno Barreto para uma nova intervenção. ----------

Nuno Barreto ----------

Afirmou que ninguém colocou uma questão genérica sobre a água ao Sr. Presidente da Câmara, mas sim questões objetivas, concretas, com base não em recomendações, mas em conclusões objetivas. Reforçou que o tarifário

aprovado pelo Executivo viola a Lei do Financiamento das Autarquias Locais, segundo uma conclusão da ERSAR e que o Sr. Presidente da Câmara sobre isso não disse uma palavra. Reafirmou que, e baseando-se novamente no parecer da ERSAR e não na sua opinião pessoal, a qual já transmitiu na última sessão da Assembleia, que o tarifário viola um conjunto de normativos, viola um conjunto de regulamentos, afirmando que não é uma questão de opção política cumprir ou não cumprir a lei. Finalizou realçando que tudo fica necessariamente gravado, lembrando aquilo que foi solicitado ao Sr. Presidente da Mesa. ----------

Quanto ao Requerimento que foi apresentado pelo Grupo Municipal do PS (relativo ao cumprimento do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança), afirmou que o Regulamento está criado e aprovado, não se tratando de gerar um novo documento, mas de aplicar uma lei local que já existe. Reforçou que o mesmo não tem que baixar à Comissão Permanente, porque não se trata de um novo regulamento, mas sim de fazer-se cumprir o que foi aprovado por unanimidade, em dois mil e onze. Afirmou que, ao não se cumprirem os Regulamentos, baseando-se na Lei das Autarquias Locais, o Presidente da Câmara Municipal viola a mesma Lei. ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar novos esclarecimentos. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Em resposta à intervenção do Sr. Deputado Municipal Nuno Barreto, referiu que sobre a questão da água não falaria mais, por considerar que já tinha referido o essencial. ----------

Quanto à questão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, leu a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e três de dezembro de dois mil e dez, onde se refere: *"A Assembleia Municipal, ao abrigo da competência prevista no art.º 25 da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, deliberou retirar a proposta do Regulamento do Conselho Municipal, passando este a ser apreciado na Comissão Permanente".* Terminou a sua intervenção dizendo que

já deu as explicações que considerou necessárias sobre este assunto e que apenas se deve cumprir a lei, enviando-se o requerimento entregue pelo Grupo Municipal do PS para o tribunal competente. ----------

Ponto 2 – *Período Aberto ao Público – Período de Intervenção.* ----------

Não houve intervenção do público. ----------

Ponto 3 – *Período da Ordem do Dia:* ----------

Ao longo da reunião foram tratados os seguintes pontos: ----------

Ponto 3.1 – *Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Atividade Municipal.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Afirmou que se encontra disponível para prestar os esclarecimentos necessários a qualquer questão ou dúvida colocadas por parte dos Srs. Deputados Municipais. ----------

Abertas as inscrições, intervieram os Srs. Deputados Municipais: ----------

Artur Ribeiro ----------

Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, pedindo, de seguida, esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara em relação aos processos judiciais que envolvem as seguintes entidades: Empresa Paula Teles, Sr. Baraças, Sr. Gérard Marcel e Soduol. ----------

Nuno Saldanha ----------

Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o Estudo Prévio do Canil, por considerar esta questão um problema relevante e, como tal, gostaria de saber

quais as perspetivas existentes para o resolver. Considerou ainda que a problemática do canil engloba também os animais vadios e errantes que existem na cidade, podendo ter uma abrangência muito mais significativa. -------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos aos Srs. Deputados Municipais. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Em resposta à intervenção do Sr. Deputado Artur Ribeiro, começou a sua intervenção mencionando que houve novos desenvolvimentos sobre o processo da Sra. Paula Teles, referindo que é um assunto que vem de um período anterior a dois mil e nova, aquando da elaboração do projeto do Centro de Alto Rendimento. Na altura, a Fundação do Desporto assumiu o pagamento do projeto. Contudo, a mesma Fundação assumiu as primeiras faturas, mas, entretanto, passou por momentos muito conturbados, ficando sem verbas e acabou por não pagar todo o projeto à Empresa Paula Teles, que, assim, se viu obrigada a recorrer à Justiça para chegar ao montante em falta. Reforçou que o relacionamento com a Paula Teles é perfeitamente normal, para além do conflito judicial, não havendo qualquer conflito entre as pessoas. Informou ainda que, há pouco tempo, em Lisboa e no decorrer da ação, foram ouvidas algumas pessoas, nomeadamente o ex-Presidente de Câmara, o Eng. Gustavo Duarte. Mencionou acreditar que o Município não assumirá o dinheiro em falta, até porque a Fundação do Desporto já pagou algumas faturas; mas, a acontecer, e porque ainda é uma quantia considerável, terá que ser muito bem provado. Disse que o Município assumiu, depois, o processo da candidatura e as taxas de comparticipação, mas que isso está tudo pago, referindo que apenas a parte do projeto é que se encontra por resolver. Terminou dizendo que acredita que é um processo que se vai arrastar durante mais algum tempo e que é necessário aguardar pelo percurso e desfecho que terá. ----------
Relativamente à questão do Sr. Baraças, informou que se trata de duas ou três obras, uma delas já resolvida. Mencionou, ainda, que estão a tentar resolver outro problema com os Brígidas, o que perfaz um total de quatro ou cinco

obras, que vêm desde dois mil e nove e cuja resolução passará seguramente pelo tribunal. Afirmou ainda que algumas destas obras ficaram a meio e outras foram concluídas. Relativamente às obras concluídas, afirmou que o Município não se recusou a efetuar o respetivo pagamento, sendo necessário considerar, à data, quais os montantes implicados no investimento, atualizá-los e, depois, negociar com esses empreiteiros, para que se possa ultrapassar a questão judicial. ----------

Quanto à situação do Sr. Marcel, afirmou ser uma coisa simples, contando que o referido senhor, há uns anos atrás, foi jogar ténis no corte existente para esse fim, ainda antes da requalificação do campo de padel e introduziu a mão numa fechadura, tendo-se lesionado num dedo. E, como tal, apresentou um processo contra o Município. Afirmou que, na fase em que o processo está, ainda levará muito tempo, até à sua resolução. Terminou dizendo que, na altura, já há uns seis ou sete anos, fizeram-se alguns relatórios e agora será necessário aguardar o desenrolar do processo e a decisão do tribunal. ----------

Relativamente à questão da Soduol, referiu que, no dia quatro de novembro, exerceu o seu dever, dando ordem de encerramento, por não estar de acordo com os parâmetros que foram apresentados ao Executivo. Porém, a Soduol apresentou uma providência cautelar, que lhes concedeu a possibilidade laborar. Contudo, afirmou que não desistirá do processo que está a decorrer em tribunal. Concluiu o assunto, dizendo que gostaria de ver outras entidades, que não o Município, a poderem pronunciar-se e a atuar de uma forma mais célere sobre o encerramento da fábrica, pois, devido à providência cautelar, não pode, de momento, ser encerrada. ----------

Em resposta à intervenção do Sr. Deputado Nuno Saldanha, começou por referir que a questão apresentada tem pertinência e que a mesma já tinha sido abordada na última sessão da Assembleia. Afirmou que o primeiro passo que o Executivo deu, logo de imediato (após a tomada de posse), ainda no ano anterior, foi a aquisição de alguns terrenos, que permitissem alocar a instalação do canil. Referiu que foi um processo que demorou algum tempo, mas, neste momento, está concluído. Disse ainda que o Executivo já teve uma primeira

apresentação do canil, porém os montantes nele implicados são altos, devido a todas as comodidades exigidas para a instalação de duzentos animais. Mencionou que já foi submetida uma candidatura (embora os valores implicados lhe pareçam irrisórios), mas, mesmo assim, avançou-se, por se considerar ser uma prioridade e também por ser um compromisso assumido com o Concelho de Foz Côa, tal como o será também a questão das piscinas municipais. Relativamente aos valores apresentados para o canil, afirmou que rondam os oitocentos mil euros e que as comparticipações andam na ordem dos cento e cinquenta mil, considerando, por isso, que será um esforço considerável a efetuar por parte do Município. Afirmou que foram feitos alguns reajustes ao projeto, até porque as condições do terreno também o exigiam, devido aos desníveis que apresenta e, neste momento, os valores do canil rondariam os seiscentos mil euros. Disse que, num curto espaço de tempo, o projeto avançará. Afirmou ainda que, paralelamente à criação do Centro de Recolha Animal (anteriormente designado de canil), será também possível avançar, já no próximo ano, com o processo de esterilização, estando já a preparar o respetivo regulamento, a fim de evitar que o canil fique rapidamente cheio. Afirmou que já foram vertidas para o orçamento algumas verbas para iniciar o processo de esterilização e também para uma candidatura na Associação de Municípios do Douro Superior, para um canil intermunicipal. Nessa candidatura, a qual engloba os oito municípios que fazem parte da Associação de Municípios do Douro Superior, a comparticipação do Município de Foz Côa rondará os sessenta mil euros, o qual considerou ser um bom negócio. Mencionou que este canil intermunicipal se apresentará como uma retaguarda ao canil municipal, a identificar-se alguma situação de urgência com algum animal. Finalizou o assunto, mencionando que o projeto do canil é um projeto de alguma envergadura e que, como tal, ainda necessitará de tempo, mas assegurou que o compromisso com o Concelho de Foz Côa está claramente assumido. Porém, alertou para os imprevistos que possam surgir, como sejam a possibilidade de colocar a obra a concurso e ninguém concorrer, como tem acontecido com algumas das obras que já deviam estar terminadas,

no Concelho. Referiu, todavia, que o problema se assemelha ao que se identifica noutros Municípios e que os próprios Presidentes de Junta se queixam do mesmo. Afirmou ainda que a criação do regulamento também é importante para completar o projeto do Centro de Recolha Animal, até, porque, e segundo os veterinários que têm uma avença com o Município, oitenta por cento dos animais que andam na rua têm um chip e, assim sendo, será criticamente necessário criar um código de postura e conduta. ----------

A Assembleia Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tomou conhecimento da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Atividade Municipal. ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** interrompeu os trabalhos por cinco minutos. --------

Retomados os trabalhos passou-se ao ----------

Ponto 3.2 – *Constituição e aprovação da Comissão Permanente da Assembleia Municipal.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** informou que foram entregues na Mesa duas propostas. ----------

Uma proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD considerando como elemento efetivo Luís Carlos Fonseca Rebelo. ----------
E como suplente Jorge Filipe Gamboa Faustino. ----------

Outra proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS considerando como elemento efetivo Nuno Alexandre Remísio Rodrigues Saldanha. ----------
E como suplente José Nuno Tavares Vaz Barreto Carmo. ----------

(As propostas apresentadas ficam arquivadas, em anexo, à presente ata.) ------

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade constituir a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, composta pela Mesa e pelos seguintes elementos efetivos: Luís Carlos Fonseca Rebelo e Nuno Alexandre Remísio Rodrigues Saldanha. ----------

E pelos seguintes elementos suplentes: Jorge Filipe Gamboa Faustino e José Nuno Tavares Vaz Barreto Carmo. ----------

Ponto 3.3 – *Designação de um cidadão eleitor com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área de crianças ou jovens em perigo, para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no Município de Vila Nova de Foz Côa, em substituição do elemento Alexandra Sofia Caetano Mós.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** informou que foi entregue na Mesa uma proposta pelo Grupo Municipal do PSD, designada por Lista A, indicando o seguinte cidadão eleitor: Ana Catarina Marafão Cordeiro. ----------

E foi entregue na Mesa uma proposta pelo Grupo Municipal do PS, designada por Lista B, indicando o seguinte cidadão eleitor: Ricardo Vilaça. ----------

(As propostas apresentadas ficam arquivadas, em anexo, à presente ata.) -----

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Mesa designou para escrutinadores o Sr. Deputado Municipal Carlos Figueiredo e a Senhora Presidente de Junta de Cedovim, Juliana Pinto. ---------

A Lista A obteve dezoito votos a favor e a Lista B obteve nove votos a favor. Foi ainda registado um voto em branco. ----------

A Assembleia Municipal designou, por voto secreto, o cidadão eleitor Ana Catarina Marafão Cordeiro, com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área de crianças ou jovens em perigo, para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e

Jovens, no Município de Vila Nova de Foz Côa. ----------

Ponto 3.4 – *Apreciação e votação da extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa (AMVC) – Ata da Assembleia Intermunicipal nº 1/2022.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Afirmou que a Associação de Municípios do Vale do Côa estava, desde dois mil e catorze, sem qualquer tipo de atividade, tendo sido substituída, nos seus objetivos fundamentais, desde essa altura, pela Territórios do Côa. Inclusivamente afirmou que, desde essa altura, nunca mais houve qualquer reunião ou atividade promovida pela Associação em causa. Em paralelo, em dois mil e dezanove, esta Associação foi notificada pela Autoridade Tributária da decisão oficiosa em sede de IVA, de IRS, a partir de trinta e um de dezembro desse mesmo ano. Mais tarde, o Tribunal de Contas comunicou que seria necessário fazer a cessação de atividade desta Associação, até porque não havia, de facto, atividade, não existiam dívidas e não tinha conta no banco – não havia nada. Posto isto, foi levada a cabo uma reunião com todos os Municípios, para que, sendo um imperativo legal, se levasse este assunto à Assembleia Municipal, ficando, assim, formalmente extinta esta Associação. ---

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por unanimidade, a extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa (AMVC) – Ata da Assembleia Intermunicipal nº 1/2022. ----------

Ponto 3.5 – *Apreciação e votação da proposta do Presidente da Câmara Municipal sobre o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, participação variável até 5% do IRS.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Referiu que é a mesma questão que se coloca anualmente e que existirão dois caminhos: abdicar destes 5% ou não abdicar. Afirmou, baseando-se nos valores em causa, que a justificação seria a mesma do ano anterior: mais de oitenta ou noventa por cento dos contribuintes do Concelho não pagam IRS e, sendo assim, o Município só beneficiaria de uma parcela bastante reduzida, na ordem dos duzentos e quarenta mil euros. Referiu ainda que, para além do Município, que não tem muitas receitas para poder colmatar algumas insuficiências, a devolução do IRS seria não para aqueles que mais necessitam, mas sim para os que se sentem mais confortáveis e descontam mais. Portanto, afirmou estar em discussão um princípio de equidade, que lhe parece bem ponderado. Afirmou que, em tempos, os anteriores Executivos tiveram a preocupação de solicitar às Finanças o número de pessoas que pagavam IRS e que tal seria extremamente reduzido. Como tal, solicitou à Assembleia que mantivesse esta parcela nos cinco por cento, por ser alguma receita que entra para o Município. ----------

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta do Presidente da Câmara Municipal sobre o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, participação variável até 5% do IRS. ----------

Ponto 3.6 – *Apreciação e votação da proposta do Presidente da Câmara Municipal sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Redução de taxa prevista no nº 1 do artigo 112º-A do Código do IMI (aditado pela Lei nº 7-A/2016 de 30 de março.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para

prestar esclarecimentos. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Afirmou que este ponto se afigura diferente do ponto anterior, porque a abrangência é bem maior e permite privilegiar as famílias. Disse ainda que, ao aplicar a taxa máxima de redução, tal se verteria também sobre os dependentes que estão a cargo das famílias: haveria uma redução de vinte euros no primeiro filho, quarenta no segundo e de setenta euros para quem tenha três ou mais filhos. Terminou dizendo que seria o máximo que se poderia aplicar, mas ao envolver as famílias, o universo de beneficiários seria bastante maior, reforçando à Assembleia a importância da aprovação desta medida. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta do Presidente da Câmara Municipal sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Redução de taxa prevista no nº 1 do artigo 112º-A do Código do IMI (aditado pela Lei nº 7-A/2016 de 30 de março. ----------

Ponto 3.7 – *Conhecimento dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2023 da Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica, EM, Lda.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Começou por dizer que o documento seria uma proposta de orçamento, baseada em alguns parâmetros e na média de pluviosidade dos últimos anos, mas alertou para o facto de os indicadores dependerem sempre da quantidade de chuva que caia sobre a região. Aliás, deu como exemplo o caso das últimas duas semanas, em que ocorreu uma derrocada na Barragem do Catapereiro, provocando imensas fraturas nas condutas, o que obrigou a uma reparação urgente e importante. Apesar de salvaguardados pelos seguros inerentes a

isso, devido a esse problema, durante quase três semanas, a barragem (que serve essencialmente para produção de energia) não pôde rentabilizar a água da chuva. Mencionou, ainda, que prevê, aquando da aprovação de contas em abril, relativas ao ano de dois mil e vinte e dois, não ter grandes resultados, porque não houve pluviosidade suficiente para os gerar. Manifestou esperar que, depois de reparadas as fraturas nas condutas, se consiga alguma recuperação atér abril. Contudo, reafirmou que este é um projeto que se afigura como um bom negócio, apesar de alguns imprevistos que vão ocorrendo, mas que as coisas têm genericamente corrido bem, com exceção do presente ano, devido à reduzida pluviosidade. Finalizou mencionando a previsão de um resultado líquido de mais de oitocentos mil euros, valor que considerou fácil de atingir, desde que exista alguma chuva, que permita a produção de energia elétrica. ----------

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2023, da Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica, EM, Lda. ----------

Ponto 3.8 – *Apreciação e votação da proposta do Sr. Presidente da Câmara sobre a Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Afirmou que, após alguns anos, foi necessário fazer alguns ajustes, até porque o Município necessita adaptar-se às novas realidades, dando como exemplo a readaptação das estruturas da Divisão de Cultura e Desporto e o Gabinete da Proteção Civil, o qual terá uma relevância muito significativa, abrangendo outras valências. Referiu, ainda, que se separou a Divisão de Cultura, Ação Social, Desporto e Turismo em duas unidades orgânicas. Contudo, afirmou que

essas unidades poderão não ser criadas de imediato, ainda que se tenham gerado as condições para, no futuro, se proceder a uma organização mais clara do seu funcionamento. Relativamente às restantes divisões, afirmou que ficaram praticamente inalteradas. Salientou que a alteração mais visível é a que implica a Coordenação da Proteção Civil, considerando esta valência como sendo cada vez mais necessária, não só no caso das intempéries, mas também no tocante à saúde pública, como se viu no caso da gestão da pandemia. ----------

Afirmou que a Proteção Civil tem de trabalhar vinte e quatro horas por dia e estar atenta a todos os constrangimentos que possam ocorrer no Concelho, impliquem as florestas, a saúde, a limpeza das bermas e qualquer outro domínio de contacto com os cidadãos. Como tal, foi necessário designar alguém para esta tarefa e criar as condições necessárias para dar uma melhor resposta, no Concelho. Terminou dizendo que, de resto, praticamente não se alterou qualquer princípio de funcionamento das diferentes unidades orgânicas, sendo vital mantê-las a funcionar e bem. ----------

Abertas as inscrições, interveio o Sr. Deputado Municipal: ----------

Nuno Saldanha ----------

Afirmou que a reorganização dos serviços municipais é uma competência própria do Presidente da Câmara e que, enquanto dirigente máximo dos recursos humanos, deve estruturar e organizar os serviços da melhor forma, para que desenvolvam as suas competências adequadamente. Portanto, considerando que se trata de uma matéria da competência do Sr. Presidente da Câmara, mencionou que o Grupo Municipal do PS se iria abster na respetiva votação. ----------

Referiu ainda que, relativamente à questão da Proteção Civil, concorda inteiramente com o Sr. Presidente da Câmara, salientando que é uma lacuna que sempre existiu, nomeadamente no tocante à ausência da nomeação de um Coordenador Municipal da Proteção Civil, o qual considerou ser uma figura importante em todas as dinâmicas que a ela dizem respeito, dando como

exemplo o período pandémico, onde bem se notou a falta que tal figura pode fazer. Finalizou a sua intervenção, reafirmando que o Grupo Municipal do PS, pelas razões aduzidas, se iria abster na votação. ----------

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com dezanove votos a favor e dez abstenções, a proposta do Presidente da Câmara Municipal, sobre a Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município. ----------

Ponto 3.9 – *Apreciação e votação da proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que inclui Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal, para o ano de 2023.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Começou por referir que o orçamento, que tentará executar com vigor e determinação, está focado em dois ou três aspetos essenciais. Referiu que o orçamento subiu, em relação ao ano passado, na ordem dos dois milhões de euros, porque o Município assumiu as transferências de competências de algumas situações, nomeadamente da educação e também, porque, ultrapassado o período crítico da pandemia a COVID19, o Município passou a ter algumas receitas adicionais, não muitas, segundo referiu, mas suficientes para promover um discreto incremento no orçamento. Disse ainda que, neste orçamento, não está vertido o saldo da conta gerência, porém mencionou acreditar que, a partir de abril, tal poderá já estar incluído, afirmando que, por agora, o orçamento ronda os dezasseis milhões de euros, ficando, depois de abril, na ordem dos dezanove ou vinte milhões. Referiu ainda que o orçamento reflete algumas preocupações, sobretudo sociais, como mostram os próprios regulamentos que foram vertidos para aprovação nesta sessão da Assembleia. Realçou a considerável quantia disponibilizada para o plano habitacional, relativa à aquisição de edifícios, alguns já efetivamente adquiridos. Reforçou

que as questões da habitação, social, da cultura e da educação são áreas importantes e estruturantes para o Município. Mencionou ainda que o orçamento tem, de receita, onze milhões, seiscentos e noventa e cinco mil euros e que antes tinha nove milhões. Afirmou tratar-se de um orçamento de Plano de Atividades, pois acredita ser necessário mudar o paradigma, mostrando coisas diferentes, tornando a cidade mais atrativa em termos culturais e até em termos visuais. Disse ainda que, para tornar o concelho mais atrativo, será necessário ir às freguesias e ver aquilo que de melhor podem oferecer, requalificando os espaços que estão degradados. Para tal, foi criado um Plano de Atividades de quatro milhões e seiscentos mil euros, sendo que o do ano anterior teria sido de três milhões e trinta e sete mil euros, aumentando-se o investimento em cerca de um milhão e meio de euros. ----------

Em relação à rubrica do investimento, afirmou que o mesmo também aumentou, passando de cinco milhões, quinhentos e setenta e três mil euros no ano passado, para seis milhões, cento e cinquenta e sete mil euros neste novo orçamento, reforçando a ideia de que se dirige para as famílias, para as pessoas e para os desafios que podem ainda surgir. Relembrou que, para se fazer um orçamento, é preciso que haja alguma receita, afirmando que as transferências do Estado rondam os oito milhões de euros, mas que, para se chegar aos supramencionados dezasseis milhões de euros será necessário fazer entrar receita. Fez ainda notar que, no ano anterior, às transferências do Estado foram debitados cerca de seiscentos mil euros, no Município de Foz Côa. Referiu acreditar que o Executivo irá conseguir concretizar este orçamento, o qual considerou ser equilibrado, orientado para as pessoas e para os tempos difíceis que se anteveem (referindo-se à crise económica e social). Deu como exemplo o encontro, há relativamente pouco tempo, com um cidadão na rua, que lhe pediu dinheiro para comprar uma botija de gás. Afirmou que, nesse sentido, o Município irá aumentar o número de cabazes distribuídos, de vinte cabazes alimentares, para quarenta ou cinquenta no próximo ano. ----------

Referiu-se ainda ao destaque dado às áreas da educação e cultura, pois

manifestou acreditar que cultura é património e património é turismo. Alertou para o facto da rubrica do turismo apresentar um valor mais baixo do que o ano anterior, dando a sensação de se estar a desinvestir nesta área. Porém, disse que tal não é verdade, justificando que os valores do ano anterior refletiam as obras contidas no Plano Plurianual de Investimentos. Terminou reforçando a ideia que o orçamento em pareço está focado nas pessoas, é equilibrado e concretizável. ----------

Abertas as inscrições, intervieram os Srs. Deputados Municipais: ----------

Artur Ribeiro ----------

Começou a sua intervenção referindo ter verificado que o orçamento está direcionado para as pessoas. Contudo, alertou para o facto de haver muita gente "*com bracinhos e pernas para trabalhar*" e que se habituam a pedir. Aconselhou o Município a ser rigoroso na análise de cada pedido de ajuda. Referiu ainda que, relativamente à área da saúde, foi abordado um assunto numa das sessões prévias da Assembleia e que não viu esse assunto refletido no orçamento. Ainda assim, afirmou que abordará o Sr. Presidente da Câmara, pessoalmente, acerca disso mesmo. De seguida, pediu ao Sr. Presidente que explicasse os valores explicitados para a aquisição de viaturas, os quais considerou serem elevados. Pediu também esclarecimentos acerca das famílias que vão ser apoiadas na creche de Santo António, perguntando se são apenas as famílias que vivem em Foz Côa ou também as que vivem nas outras freguesias do Concelho. ----------

Levantou outra questão relativa à rubrica "construção de uma ETAR", mostrando-se surpreendido com a possibilidade de haver alguma freguesia que não tenha, ainda, ETAR. Sobre o mesmo assunto, questionou ainda o motivo pelo qual uma freguesia iria receber cento e sessenta e seis mil euros e outra trezentos e trinta e seis mil. Perguntou ainda, relativamente à construção da nova piscina, se os cinquenta mil euros serão suficientes para tal. Considerou ainda baixo o valor de oitenta mil euros direcionados para as estradas municipais, afirmando que esse valor não será suficiente para colmatar as

necessidades identificadas no terreno. Mencionou também a rubrica "reparação em passagens hidráulicas", afirmando que apenas conhece, no concelho de Foz Côa, a barragem do Catapereiro. Por último, questionou o Sr. Presidente sobre a rubrica "construção do novo mercado", mostrando-se surpreendido com o valor apresentado (dez mil euros), pois não se constrói seguramente um novo mercado com esse valor. Terminou a sua intervenção desejando a todos os presentes um Bom Ano de dois mil e vinte e três. ----------

Nuno Saldanha ----------

Começou a sua intervenção afirmando que, depois de ter estudado o orçamento em apreço, o mesmo mais não será que uma réplica do orçamento do ano em curso. Afirmou que, apesar do Sr. Presidente ter falado da importância que tem a educação na sua gestão municipal, face ao ano passado, aquilo que ficou reservado à educação foi quase zero, mais concretamente zero vírgula vinte e três por cento. Assim sendo, após o Sr. Presidente afirmar que considera a educação um pilar essencial da sua gestão, julgou ser manifestamente insuficiente uma subida de zero vírgula vinte e três por cento, relativamente àquilo que foi orçamentado no ano anterior. Considerou ainda que o que está reservado para a ação social também lhe pareceu insuficiente, face ao ano passado, afirmando que a subida foi irrelevante, tendo em conta as carências que se verificam em termos sociais, no Concelho. Afirmou que o mesmo não se poderá dizer no que à cultura diz respeito e, pedindo desculpa à Vereadora Ana Filipe, que considerou que tem feito um excelente trabalho a nível cultural, reforçou que considera que há outras prioridades. Disse ainda que a cultura é igualmente importante, tal como o desporto, mas há que priorizar. E, sendo o orçamento um documento que resulta de escolhas, enquanto gestor, o Sr. Presidente alocará o montante que acha que deve alocar a cada uma das rubricas. À semelhança do que já achava no ano passado, pilares essenciais, como a ação social e a educação têm, no seu entender, muito pouca verba alocada no orçamento municipal. Mencionou ainda que, para além da ação social ter aumentado pouco em relação ao ano passado, ainda partilha a verba com a segurança, o que dilui,

no seu entender, o investimento que lhe deveria ser dirigido. ----------
Quanto à rubrica do comércio e turismo, reparou que houve uma descida de treze por cento, face ao orçamento do ano passado, por uma razão que considera óbvia e já abordada em Assembleia, prendendo-se com a conclusão da Story House e do Mercado Municipal. Porém, alertou o Sr. Presidente que o turismo e o comércio não se podem esgotar naquilo que é a Story House e o Mercado Municipal, havendo muito ainda para fazer, no que respeita ao comércio e ao turismo, afirmando que todos (referindo-se a todos os presentes na sala) saberão aquilo que o turismo representa para o concelho. ----------
Por último, questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da rubrica que contempla algumas obras e a aquisição de equipamentos para a Escola Secundária de Foz Côa. Afirmou ter conhecimento que o pavilhão da escola apresenta algumas debilidades. Disse ainda ter conhecimento do piso novo que foi colocado, porém reforçou que ainda haverá outras questões no pavilhão que têm necessariamente que ser corrigidas, até para conservação do próprio pavimento. Afirmou que os balneários estão obsoletos e acrescentou que o balneário masculino não tem aquecimento. Afirmou ainda que tem conhecimento que o pavilhão tem sérios problemas de infiltrações e que, inclusivamente, os funcionários, os técnicos e os professores andam com uma bacia, para que a água não acabe por criar problemas no piso recentemente colocado. Posto isto, perguntou ao Sr. Presidente se nessa rubrica estão contempladas as intervenções necessárias no pavilhão da Escola Secundária. -

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos aos Srs. Deputados Municipais. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Em resposta à intervenção do Sr. Deputado Artur Ribeiro, afirmou que o parque automóvel do município está com muitos anos, dizendo que a primeira aquisição que o atual Executivo fez foram dois autocarros. Afirmou ainda que, até ao final do ano, esperaria comprar mais uma viatura. Mencionou ainda que a compra de novas viaturas tem a ver com um conjunto de fatores,

nomeadamente de natureza ambiental, mas também resulta das exigências dos serviços que o Município, neste momento, está a prestar, nomeadamente nas áreas da ação social e do desporto, pois, neste momento, são feitas deslocações às freguesias, para transportar pessoas e crianças para a creche. De facto, o Município está a aumentar o tipo de serviços prestados, o que obrigará à necessidade de dispor de meios para lhes dar resposta. Falou ainda da necessidade de se dispor de uma viatura 4x4, pois o Município não tem nenhuma. Voltou a afirmar que há muitos anos que não se adquirem carros novos, com exceção dos dois autocarros recentemente comprados e que os Toyota Yaris verdes (os carros que fazem parte da frota da Autarquia) já têm, de facto, muitos anos. Relativamente à questão das famílias e da creche, afirmou que aquilo que disse na altura, foi que se pagaria cinquenta por cento da mensalidade de todas as crianças que frequentassem a creche. Afirmou que não será isso que fica dispendioso ao Município, sendo uma forma de ajudar as famílias e incentivar as pessoas para que se mantenham no concelho de Foz Côa. Admitiu que o ideal seria que tudo fosse gratuito para todos, mas, não sendo isso possível, já seria uma ajuda. Afirmou ainda que as pessoas têm chegado junto de si e do Executivo transmitindo que esta será uma boa medida. Mencionou que o Executivo tem conseguido chegar a todas as freguesias, ajudando a criar um sentimento de coesão e orgulho em se pertencer ao concelho de Foz Côa, sem que haja necessidade de procurar serviços noutros concelhos, nomeadamente vizinhos. ----------

Em relação ao assunto da ETAR, afirmou que ninguém constrói nenhuma por menos de quinhentos ou seiscentos mil euros e que, no orçamento, apenas se deixou uma rubrica aberta que contemple uma verba significativa para criar projetos, até porque em primeiro lugar o projeto tem que ser pago e só depois é que se avança para a respetiva execução. Mencionou ainda que, no caso de não haver candidaturas, uma ETAR fica mesmo muito dispendiosa. Disse ainda que a verba para Muxagata seria para a fase final da ETAR, que já se encontra em construção há três anos e não para se construir uma nova. Disse ter conhecimento de outras ETAR que necessitam de obras, mas, sem

candidaturas, não existe orçamento para gastar seiscentos mil euros em cada uma. Voltou a frisar que algumas das verbas ficam em rubricas abertas para pagar projetos, caso seja necessário. Em relação às estradas municipais, disse tratar-se exatamente da mesma situação. ----------

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha, começou por dizer que um orçamento não é estanque, podendo as rubricas ser reajustadas, em função das necessidades mais imediatas. Afirmou ainda que a leitura dos números pode ser feita de forma diferente, por várias pessoas. Em relação à educação, disse que não se trata de dispor de mais zero vírgula vinte e três por cento, mas sim de quatro vírgula oitenta e nove por cento, até porque na rubrica de transferência de competências o orçamento contempla mais de um milhão de euros para a área da educação. Afirmou que o mesmo se passa com as obras no Agrupamento, as quais não se encontram vertidas na rubrica da educação, mas sim na de obras e investimento. Deu ainda como exemplo as comparticipações estabelecidas com a Cruz Vermelha que não se encontram inseridas na rubrica da saúde, mas sim noutra. Voltou a afirmar que as rubricas não são estanques, garantindo que o referido orçamento, de facto, contempla seriamente as questões da educação e da ação social. Deu ainda um outro exemplo, prendendo-se com a rubrica da segurança. Afirmou que o Município ganhou uma candidatura, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, de seis milhões e meio de euros, para aquisição e recuperação de vinte e quatro casas, já sinalizadas e que serão, posteriormente, entregues à população, com rendas mais acessíveis. Afirmou que esse valor está relacionado com a segurança, por se tratar de casa devolutas, contudo está alocado na rubrica da habitação. Reforçou, deste modo, que os números podem ser lidos de várias formas. ----------

Em relação à escola, afirmou que foram gastos cento e cinquenta mil euros no novo piso do pavilhão, sendo que o processo de recuperação não se encontra ainda terminado, pois o principal problema vem de fora do edifício e está a ser corrigido. Reforçou que a situação dos balneários já se encontra sinalizada, porém manifestou-se em favor da necessidade de o Governo central investir na

escola. Não o fazendo, naturalmente que o Município assumirá o que tiver que assumir, como aliás já teria acontecido com o novo pavimento do pavilhão. -----

Terminou a sua intervenção dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa, dizendo que o orçamento tem sinalizadas muitas verbas e que as percentagens são cada vez maiores, mas os números podem ser lidos, mais uma vez, da forma que cada um entender. Afirmou que não há desinvestimento na educação, nem na ação social, nem em qualquer valência. O orçamento foi apresentado como equilibrado e todas as rubricas estão lá vertidas. ----------

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com dezanove votos a favor, nove votos contra e uma abstenção, a proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que inclui Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal, para o ano de 2023. ----------

Ponto 3.10 – *Apreciação e votação da proposta do Sr. Presidente da Câmara, sobre Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização prévia da Assembleia Municipal para o ano de 2023.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Começou a sua intervenção por reforçar, mais uma vez, que este assunto não diz respeito a um cheque em branco que a Assembleia passe ao Presidente da Câmara. Reforçou a ideia com o exemplo da energia elétrica, onde se abrirá um procedimento e, para isso, o Presidente da Câmara terá que dispor de uma autorização da Assembleia Municipal, para poder negociar até um determinado valor. Como tal, afirmou que, se não tiver em rubrica esses valores, irá ter dificuldades em executar alguns procedimentos. Finalizou, reforçando a ideia que não se trata da emissão de nenhum cheque em branco, mas sim de uma forma de agilizar processos, sem que haja obstáculos que levem, inclusivamente, ao pagamento de coimas. ----------

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com dezanove votos a favor e dez votos contra, a proposta do Presidente da Câmara Municipal sobre Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização prévia da Assembleia Municipal para o ano de 2023. ----------

Ponto 3.11 – *Apreciação e votação da proposta do Plano Anual de Recrutamento para 2023.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Começou por afirmar que o corpo de recursos humanos do Município, principalmente de assistentes operacionais, está já com alguma idade e, no ano de dois mil e vinte e dois, treze funcionários foram aposentados. Salientou que este número inclui também os funcionários das escolas. Afirmou ainda que a área do turismo deve ser encarada como uma prioridade, de modo a colmatar algumas insuficiências que são conhecidas. Referiu que o processo de transferência de competências conduziu também à necessidade de recrutamento de pessoal, particularmente para as áreas da ação social e da educação, reforçando que da própria escola vem informação de que existem poucos funcionários. Disse ainda, sobre o Agrupamento de escolas, que desde que o Município assumiu a transferência de competências, já é responsável por seis funcionários, mas a indicação que existe é que são necessários mais, com o argumento de que, apesar de o número de alunos ter diminuído, o número de turmas tem-se mantido. Afirmou que o Agrupamento está distribuído por três espaços fundamentais (a Sede, na escola Tenente-Coronel Adão Carrapatoso, o Centro Escolar de Foz Côa e o Centro Escolar de Freixo de Numão) e que se tem tornado difícil gerir recursos distribuídos por esses mesmos espaços. -------
Mencionou novamente a necessidade de se irem substituindo os recursos

humanos, sendo intenção do Executivo abrir vagas para assistentes operacionais e técnicos superiores. Afirmou que há técnicos superiores que estão a dois ou três anos da aposentação, sendo necessário formar e preparar pessoas para os substituir. O mesmo enquadramento terá a situação dos assistentes operacionais, havendo necessidade de reforçar equipas, como sejam a das águas e a dos condutores, que são manifestamente poucos para a quantidade de serviço que tem sido solicitado. Por último, clarificou que a entrada de recursos humanos não desequilibra o orçamento, pois os novos recrutamentos são necessários para compensar as saídas que vão ocorrendo.

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com dezanove votos a favor e oito abstenções, a proposta do Plano Anual de Recrutamento para 2023. ----------

Ponto 3.12 – *Apreciação e votação da informação nº 276/2022, sobre o fim do período de consulta pública do projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Disse que se trata de mais um regulamento proposto, este muito especial, por implicar a juventude, a qual considera de extrema importância. Afirmou que é um passo que o Executivo está a dar, no sentido de constituir um órgão consultivo para ouvir os jovens: as suas preocupações, os seus anseios e as suas aspirações. ----------

Abertas as inscrições, interveio o Sr. Deputado Municipal: ----------

Nuno Barreto ----------

Referiu que, relativamente a este ponto, o Grupo Municipal do PS, o qual representa, pretendeu solicitar um esclarecimento à Mesa (dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa), diretamente. Afirmou que não está em causa o conteúdo do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, mas que o Grupo Municipal do PS entendeu que o ponto em votação não será o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude propriamente dito, mas sim (e após ler o referido ponto), uma informação de um técnico sobre o fim do período de consulta pública. Referiu ainda e continuando a dirigir-se ao Sr. Presidente da Mesa, que a Assembleia só pode deliberar sobre os pontos que constam na ordem de trabalhos. Afirmou que, caso o ponto fosse a votação e fosse aprovado, a Assembleia iria deliberar que aprovava a informação número duzentos e setenta e seis, sobre o fim do período de consulta pública e não o Regulamento em si. Disse que, para isso, no referido ponto deveria constar a "Apreciação e deliberação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude". Assim sendo, disse que o Grupo Municipal do PS entendeu que este ponto deveria ser retirado da ordem de trabalhos, por não ser da competência desta Assembleia votar pareceres técnicos. Por fim, e continuando a dirigir-se ao Sr. Presidente da Mesa, referiu que, para alterar a ordem de trabalhos seria necessária uma maioria qualificada da Assembleia e que, caso o Sr. Presidente da Mesa conseguisse essa maioria, poderia alterar ou incluir-se um novo ponto na ordem de trabalhos. ----------

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o ponto 3.12 da ordem de trabalhos. ----------

Ponto 3.13 – *Apreciação e votação do Protocolo para a constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes que tem como objeto o lançamento de um único procedimento por concurso público denominado Concurso Público para a Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão e Baixa Tensão Especial, para as instalações dos Municípios da CIM Douro e afins, para o ano de 2023.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para

prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Referiu que o pedido a esta Assembleia se prendeu com a aprovação da constituição do Agrupamento, porque se levantaram algumas dúvidas relativamente ao concurso público. Referiu ainda que a CIM Douro poderia fazer um concurso único com todos os Municípios, porém essa figura poderia não ser suficiente, se não fosse constituído o Agrupamento. Afirmou que o mercado da eletricidade, neste momento, não está constante, sendo necessário que todos os Municípios representados na CIM Douro se juntem, para conseguir um melhor preço no mercado, do que seria possível se o abordassem individualmente. Disse ser uma posição unânime, como se poderia ver (referindo-se ao documento apresentado para a análise deste ponto), com exceção de um município, Lamego, dado dispor de um procedimento autónomo, do qual não se conseguiria desvincular. ----------
Voltou a referir que o que se estaria a pedir à Assembleia seria a autorização para constituir um Agrupamento, para que depois a CIM Douro pudesse fazer um concurso público com as devidas regras. Referiu ainda que o Município de Foz Côa, neste momento, seria praticamente o único a não ser incluído, com exceção de Lamego, que em setembro fez um concurso público, ele próprio, porque tinha algumas dúvidas relativamente ao procedimento efetuado pela CIM Douro, tendo decidido não entrar no processo. Como tal, de acordo com os compromissos assumidos, irá permanecer sozinho até maio, sendo que posteriormente entrará no procedimento conjunto da CIM Douro. Finalizou reforçando o benefício que, conjuntamente, se poderá obter, na negociação de preços. ----------

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por unanimidade, o Protocolo para a constituição do Agrupamento de Entidades Adjudicantes, que tem como objeto o lançamento de um único

procedimento por concurso público denominado Concurso Público para a Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão e Baixa Tensão Especial, para as instalações dos Municípios da CIM Douro e afins, para o ano de 2023. ----------

Ponto 3.14 – *Apreciação e votação da Minuta do Protocolo entre o Município e a Freguesia de Custóias, para a Reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia, Sanitários Públicos e Muro do Largo das Festas.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Afirmou que qualquer transferência que seja efetuada para as Juntas de Freguesia tem que ser trazida à Assembleia Municipal, para a devida autorização, não podendo o Executivo transferir qualquer verba sem esta premissa garantida. Disse ainda que, no futuro, haverá seguramente outras situações similares, envolvendo outras freguesias. Finalizou, solicitando à Assembleia a autorização para o estabelecimento deste protocolo. ----------

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por unanimidade, a Minuta do Protocolo entre o Município e a Freguesia de Custóias, para a Reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia, Sanitários Públicos e Muro do Largo das Festas. ----------

Ponto 3.15 – *Apreciação e votação da prorrogação de prazo adicional de execução da empreitada 5/19 – Requalificação do Mercado Municipal de Foz Côa, de 125 dias sem direito a qualquer tipo de revisão de preços e autorização para reprogramação financeira, para o ano de 2023.* ----------

Conforme a informação nº 06/2022/DOMI. ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Iniciou a sua intervenção afirmando que se trata de uma das situações em que sente mais dificuldade em defender a sua própria posição. Posto isto, explicou o atraso da obra, dizendo que houve uma estrutura em aço que foi enviada erradamente, o que impediu que o compromisso ficasse terminado a trinta e um de dezembro. Afirma que a obra do mercado municipal está já executada em noventa e sete / noventa e oito por cento e que existe material já disponibilizado, que apenas aguarda pela respetiva instalação. Deste modo, previu que, se tudo correr dentro do estabelecido, o mercado possa estar pronto em finais de fevereiro de dois mil e vinte e três. Afirmou ainda que se irão iniciar as obras complementares, que não têm a ver com o mercado, mas que são necessárias à infraestrutura, propriamente dita. Mencionou que já eram para ter começado, mas como se intrometeu a época natalícia, tal criou um constrangimento adicional. Referiu que as obras complementares se prendem com a requalificação da zona envolvente do mercado, nomeadamente a Rua dos Correios, a Rua da Espingardaria e a Rua de Villetaneuse. Afirmou saber que tais intervenções irão trazer alguns constrangimentos (que lamentou), mas que são absolutamente necessários para que possa haver evolução. ----------

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com dezanove votos a favor e nove votos contra, a prorrogação de prazo adicional de execução da empreitada 5/19 – Requalificação do Mercado Municipal de Foz Côa, de 125 dias sem direito a qualquer tipo de revisão de preços e autorização para reprogramação financeira, para o ano de 2023. ----------

Conforme a informação nº 06/2022/DOMI. ----------

Ponto 3.16 – *Apreciação e votação da proposta de Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Começou por relembrar que, desde há muitos anos, se atribuem bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, dizendo que há um princípio que se mantém desde então, que é o de atribuir bolsas aos alunos carenciados, princípio esse que o Executivo continua a considerar importante. Contudo, optou-se por alargar um pouco mais o âmbito da aplicação do Regulamento, porque foi preciso atualizá-lo, dando como exemplo a questão dos cursos superiores, antes considerados como licenciaturas e, atualmente, podendo assumir outros formatos. Disse que o histórico mostra que normalmente são doze a catorze alunos a concorrer a estas bolsas e, assim sendo, foi alargada a atribuição das bolsas a quinze alunos. Afirmou que foram ponderados outros fatores, como o caso de atribuir bolsas aos alunos que fazem na nossa escola secundária (referindo-se à Escola Secundária da sede do Concelho) o ensino secundário, de forma a proteger a escola e os alunos que nela permanecem. Porém, afirmou que haverá sempre exceções, citando os casos em que os alunos têm necessariamente que deslocar-se para outro local, se não houver na escola resposta às suas necessidades formativas. Assim sendo, afirmou que o regulamento em causa foi adaptado, para dar resposta ao maior número possível de situações, incluindo cursos que, não sendo licenciaturas, não deixam de integrar o ensino superior. Finalizou, dizendo que se trata de um regulamento que foi ponderado, considerando-o equilibrado, tendo sido agora o momento de lhe dar uma nova roupagem e de olhar por aqueles que querem dar o seu contributo em prol do concelho. Por último, afirmou que está na intenção do Executivo atribuir uma bolsa também ao mérito, mas que tal será discutido numa outra circunstância. ----------

Abertas as inscrições interveio o Sr. Deputado Municipal: ----------

Nuno Barreto ----------

Começou por dizer que, relativamente ao teor, ao conteúdo, à filosofia e ao espírito do Regulamento, o Grupo Municipal do PS não teria nada a opor, nem sequer a criticar. Disse ainda que o Regulamento foi bem ajustado, que precisava mesmo dos ajustamentos efetuados, referindo, como exemplo, o processo de Bolonha, que conduziu aos mestrados integrados. Afirmou congratular-se em saber que, para além das bolsas de carência, serão criadas bolsas, prémios, reconhecimentos ou diplomas de mérito, dado que entende que os alunos da Escola Secundária de Foz Côa que se esforçam por ser bons alunos devem ser reconhecidos pela comunidade onde vivem. Afirmou ainda que esse reconhecimento não precisaria ser pecuniário; bastaria que, de alguma forma, os alunos fossem reconhecidos. Referiu novamente que folga em saber que o Executivo pretende implementar isso mesmo. ----------
Relativamente ao Regulamento que se encontra em apreciação, disse que não iria votar a favor, mas sim abster-se, devido ao número de estudantes abrangidos, que lhe pareceu escasso. Afirmou que, apesar de ser o entendimento do Sr. Presidente, o qual considera legítimo, não é o entendimento do Grupo Municipal do PS. Referiu que o Grupo Municipal do PS entende que, tendo em conta a população estudantil existente em Foz Côa, considerando a conjuntura atual, o Regulamento deveria abranger todas as pessoas carenciadas, até porque referiu acreditar que não deveriam ser muito mais que quinze pessoas. Finalizou dizendo que, enquanto se mantiver a atual conjuntura, o Regulamento deveria ser mais ambicioso e abranger todas as candidaturas por carência. Por isso, abster-se-ia na votação. ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar novos esclarecimentos. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Começou por afirmar que a questão do número também foi equacionada e,

com base no histórico, afirmou que todos os candidatos ficarão seguramente abrangidos. Disse ainda que um ou dois alunos desse histórico certamente vão ter, se se candidatarem à bolsa, apoio adicional das universidades que frequentam, dado serem bons alunos. Referiu ainda que, ao atribuir bolsa a todos, poderia criar, na sociedade, uma situação que poderia ser de difícil explicação, no futuro. Como tal, optou-se pelo princípio económico. Afirmou ainda que alguns Municípios optam por dar a cada aluno duzentos ou trezentos euros, mas o Município de Foz Côa pretende atribuir bolsas que ultrapassam o valor pecuniário de dois mil euros. Com este montante, considerou que a bolsa poderá ter, de facto, um impacto significativo na saúde económica das famílias, muito mais do que se se baseasse apenas na atribuição de duzentos ou trezentos euros. Realçou, ainda assim, que nada tem contra as verbas atribuídas pelos outros Municípios, só utilizando esta situação como um exemplo. Disse também saber, ainda assim, que há Municípios que concedem bolsas de valor mais avultado. Todavia, tendo como base os Regulamentos dessas mesmas bolsas, não lhe pareceu que o de Foz Côa fosse de algum modo inferior. ----------

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com dezanove votos a favor e dez abstenções, a proposta de Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior. ----------

Ponto 3.17 – *Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Fundo de Emergência Social.* ----------

O ***Sr. Presidente da Mesa*** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre este ponto. ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Começou por dizer que este Regulamento vai ao encontro do orçamento que o Executivo apresentou. Afirmou que as pessoas do Concelho necessitam, hoje, não só de alimentos essenciais, mas também de habitação, que muitas vezes não existe disponível. Deu como exemplo um caso em Cedovim, em que uma

família vivia em condições sub-humanas e se recusava a sair da sua casa, apesar de se encontrar extremamente degradada. Referiu que há mais casos semelhantes no Concelho e que, por vezes, o Executivo tem dificuldade, não existindo um Regulamento aprovado, em conceder qualquer tipo de apoio neste domínio. Afirmou que, se dúvidas houvesse na orientação do orçamento, este seria um exemplo que encaixaria muito bem na preocupação do Executivo em olhar para aqueles que mais necessitam. ----------

Abertas as inscrições, não houve intervenção dos Srs. Deputados Municipais. -

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de Regulamento de Fundo de Emergência Social. ----------

Encerramento da reunião: ----------

Foi lavrada e lida a minuta da reunião pela Primeira Secretária da Mesa e foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi declarado, pelo Presidente da Mesa, o encerramento da reunião, às treze horas e quinze minutos. ----------

O Presidente da Mesa,

A Primeira Secretária,

O Segundo Secretário,

GRUPO MUNICIPAL

Exmo. Sr.

Presidente da Assembleia Municipal de

Vila Nova de Foz Côa

O Grupo Municipal do PS nesta Assembleia Municipal, vem, nos termos e para os efeitos do estatuído nas disposições combinadas dos arts. 19º/2-a), d), f) e k), 23º/1-e), 24º/1-e) do Regimento da presente Assembleia, do art. 35º/1-c) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 66/2020, de 04/11), dos arts. 8º/1-d) e 9º/i) da Lei da Tutela Administrativa (Lei n.º 27/96, de 01 de Agosto na versão dada pelo DL n.º 214-G/2015, de 02/10), vem expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

1. Como consta das respectivas actas, este Grupo Municipal tem, desde 17/12/2021 até á última sessão desta Assembleia, insistentemente interpelado o Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca do cumprimento de um regulamento aprovado unanimemente por este Órgão em 27/12/2011 que criou o Conselho Municipal de Segurança (CMS), e designadamente, quanto à sua efectiva instalação, tomada de posse dos seus membros, e actividade desenvolvida.
2. Apesar de todas estas interpelações deste Grupo Municipal, o Sr. Presidente da Câmara tem ostensiva e expressamente ignorado o cumprimento de um regulamento legitima e formalmente aprovado por esta Assembleia, não promovendo a instalação e funcionamento do dito CMS, isto ao arrepio do que lhe é imposto pelo art. 35º/1-c)

do Regime Jurídico das Autarquias Locais, fazendo-o voluntária, consciente e avisadamente;

3. Nos termos dos normativos acima citados, tal comportamento do Sr. Presidente da Câmara, enquanto eleito local, torna-o incurso em ilícito administrativo, conducente à perda de mandato, já que constitui omissão dolosa e em ilegalidade grave traduzida na consecução de fins alheios ao interesse público;
4. Nesta conformidade, e também nos termos das normas acima citadas, compete a V. Exa., na qualidade de Presidente desta Assembleia Municipal, dar conhecimento destes factos às entidades competentes, no caso o Ministério Público junto do Tribunal Administrativo competente, para que este dê cumprimento ao disposto no art. 11º/2 e 3 da Lei da Tutela Administrativa (Lei n.º 27/96, de 01 de Agosto na versão dada pelo DL n.º 214-G/2015, de 02/10).

Assim, pelo que atrás fica dito, e apelando-se a V. Exa. o estrito cumprimento do vosso dever legal e regimental, o Grupo Municipal do PS solicita a V. Exa. que, com a sustentação legal apresentada, sejam estes factos participados ao Ministério Público do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, para os fins legais tidos por convenientes.

O Grupo Municipal do PS,

A

Grupo Parlamentar PSD

O Grupo Parlamentar do PSD vem propor para a comissão permanente os seguintes deputados:

- Luis Carlos Fonseca Rebelo
- Jorge Filipe Gamboa Faustino

V.N. Foz Côa 17 de dezembro de 2024

Rita Rogado

Lista B

Ponto 3.2

O grupo municipal do PS, indica para efeito do ponto 3.2. da sessão realizada em 27.12.2022 o deputado municipal, Nuno Alexandre Mussio Marques Salomão, e José Nuno Barrote, como suplente.

Pelo grupo municipal

Lista (B)

Proposta – Ponto 3.3

Para efeito do ponto 3.3. propomos o cidadão Elector Ricardo Vilaça para integrar a comissão alargada da EPEJ.

Pelo Grupo Municipal do PS

Exmo. Sr.
Presidente da Mesa
da Assembleia Municipal de
V. N. de Foz Côa

(A)

PROPOSTA

O Grupo Municipal do PSD propõe o nome de Ana Catarina Marafão Cordeiro para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no Município de V. N. de Foz Côa.

V. N. Foz Côa, 27 de dezembro de 2022

Proponentes